

# Por um DF “encolhido”

Brasília

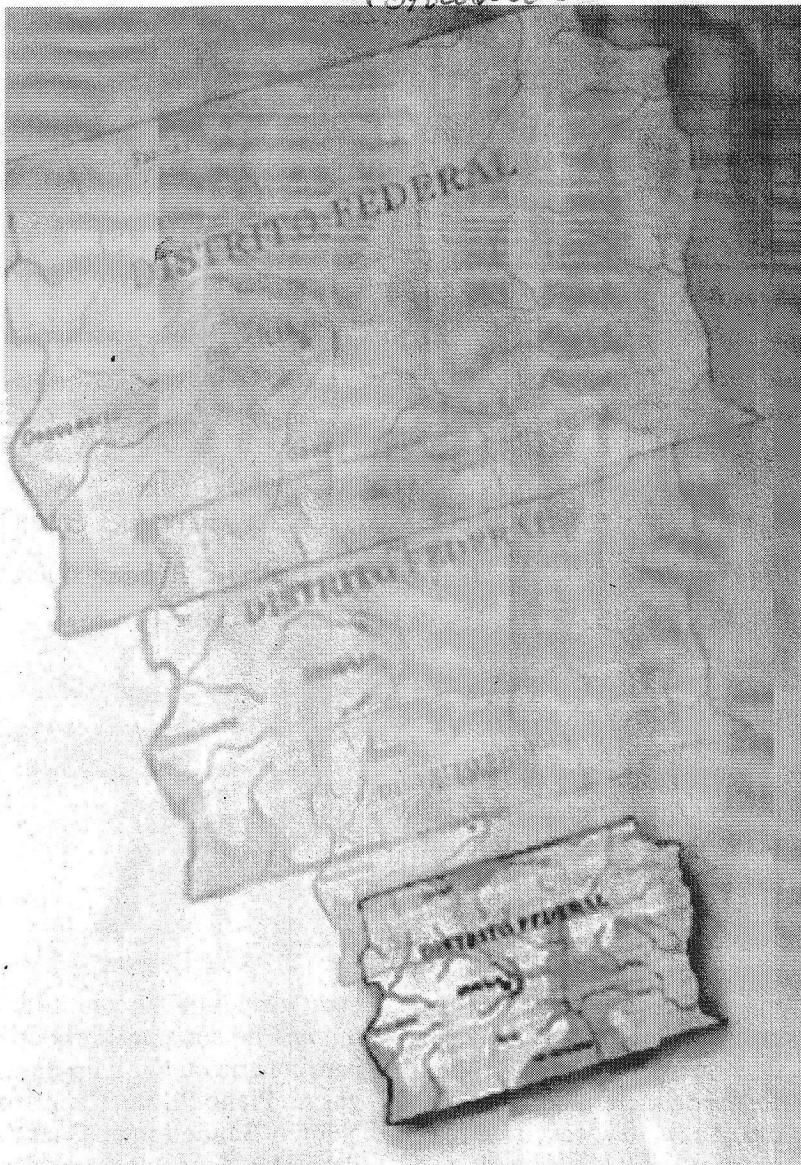
Luiz Adolfo Pinheiro\*

**N**a base dos problemas sociais e econômicos que afligem Brasília, há duas raízes antigas que raramente são lembradas nos debates. A primeira, e mais séria, é o exagerado tamanho do Distrito Federal.

São 5.783 km<sup>2</sup>, extensos demais para um distrito da União, e pequenos para ser estado. O Distrito de Colômbia, onde se localiza Washington, capital da maior potência do planeta, tem apenas 179 km<sup>2</sup>. O distrito federal de Buenos Aires, a maior metrópole da América do Sul, tem 3.761 km<sup>2</sup>. E em termos comparativos com os Estados da Federação, convém recordar que o menor deles, Sergipe, tem quase quatro vezes o tamanho do DF: 21.960 km<sup>2</sup>.

Na verdade, nem o Governo JK e nem a sociedade civil da época da construção de Brasília (1956-61) se deram conta de que se estava criando um Distrito Federal grande demais que, com o passar do tempo, acabaria se constituindo em “terra de ninguém”, como de fato aconteceu. A única realidade planejada na época foi o Plano Piloto da cidade, para ser a sede dos poderes da República. E nada mais. Tomou-se simplesmente o antigo Quadrilátero Cruls como referência para o novo DF, ainda que bem reduzido no tamanho originalmente proposto por aquela famosa expedição pioneira.

Se o novo Distrito Federal tivesse sido apenas a cidade de Brasília, incluindo-se os Cruzeiros, Guarás, SIA, os futuros Sudoeste e Noroeste e bairros das MSPW e das margens do Lago Paranoá, ainda haveria um distrito federal bastante grande, mas deixando as áreas adjacentes para o estado de Goiás. Com isso, Sobradinho, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Agrovila São



Sebastião seriam municípios goianos, ao lado de Planaltina e Brazlândia, já existentes à época da construção da nova capital.

Em lugar disso, a imprevisão fez gerar no Planalto Central um Distrito Federal fränkeinsteiniano, com dois milhões de habitantes (e mais os milhares do entorno) entregues à própria sorte, pois a União, muito sabiamente, declina de qualquer responsabilidade pelo destino de seu distrito, acreditando que só tem responsabilidades com o Plano Piloto. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, há de ter boa vontade ao liberar recursos para policiamento no Plano Piloto (onde ele mora), mas ficará espan-

do de saber que o Tesouro Nacional também tem a obrigação de financiar rede de esgotos no Recanto das Emas, que é parte do mesmo distrito federal onde o ministro reside.

## Autonomia

Por outro lado, cidades economicamente prósperas desse vasto Distrito Federal, como Taguatinga, não gozam de autonomia política e nem econômica: não elegem prefeitos e vereadores, e, principalmente, não participam do bolo federal do Fundo de Participação dos Estados e Municípios - e ainda sustentam o Plano Piloto.

Solução melhor para todos:

“encolher” o Distrito Federal aos limites do Plano Piloto e bairros anexos, e conceder autonomia às cidades exploradas do DF, para que possam se transformar em prósperos e autônomos municípios do estado de Goiás. Naturalmente que esse novo DF “encolhido” continuaria a ter representação política local e federal como no Distrito Federal do tempo do Rio de Janeiro, isto é, elegeria vereadores, deputados federais e senadores.

A segunda raiz dos problemas atuais é a eleição do administrador do DF. Se a autonomia política conseguida pelo povo de Brasília foi um avanço democrático, a eleição do alcaide, ainda mais com o nome de “governador”, foi uma bobagem completa. O administrador da capital da nação sempre foi nomeado pelo chefe do governo nacional, fosse ele o imperador durante a monarquia ou o presidente, no regime republicano. Essa tradição, aliás, foi também mantida em Brasília desde a inauguração da capital federal em 1960 até que a autonomia política tirasse esse poder das mãos do presidente da República, no final dos anos 80. (Registre-se como idiota a decisão do regime de 64, anterior à autonomia política, de transformar a antiga prefeitura do Distrito Federal em “governo”, dando-se ao titular do Buriti o título pomposo de “governador”, que soa como opereta de segunda categoria, pois ele não governa estado e ainda é “governado” pelo Governo Federal).

A capital deveria fazer parte de um Distrito Federal menor, que, por sua vez, deveria ser administrado por um prefeito nomeado pelo presidente da República.

\*Luiz Adolfo Pinheiro é jornalista e reside em Brasília desde 1970.